

CADERNO DE ORIENTAÇÕES SEDU

Nº 01

**DIRETRIZES PARA O CONSELHO DE CLASSE
ANO/SÉRIE/TERMO DA REDE MUNICIPAL DE SOROCABA**



**Secretaria da Educação de Sorocaba
Diretoria de Área de Gestão Pedagógica
2014**



Prefeito

Antonio Carlos Pannunzio

Vice-Prefeita

Edith Di Giorgi



Secretário da Educação

José Simões de Almeida Júnior

Diretora de Área de Gestão Pedagógica

Giane Aparecida Sales da Silva Mota

Elaboração

Antonio Avelino Minhano Alves

Bianca Barrochelo Caiuby

Cláudia Milaré de Toledo Lusivo

Cristina Dorelli Prado Almeida

Maria Aparecida de Oliveira Duarte

Maria Isabel Leite

Mariane Bolina Martins

Patrícia Proença Callado

Sônia Maria Manetta Cobianchi de Oliveira

Colaborador Externo

Erisevelton Silva Lima

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	05
II – AVALIAÇÃO ESCOLAR.....	06
III – A FUNÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE	08
IV – BASES LEGAIS E DOCUMENTOS NORTEADORES.....	10
V- A ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE CLASSE ANO/SÉRIE/TERMO – DADOS DA PESQUISA.....	16
VI- DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE ANO/SÉRIE/TERMO.....	22
VII – AVANÇOS NECESSÁRIOS.....	24
VIII – CONSIDERAÇÕES	26
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXOS.....	29



“O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos não do professor consigo mesmo”.

PAULO FREIRE (1996, p.71)

I – INTRODUÇÃO

A Secretaria da Educação (SEDU), por meio da Diretoria de Área de Gestão Pedagógica e Seção de Monitoramento da Aprendizagem e Resultados Educacionais, ao verificar a grande diversidade de formas de registro dos Conselhos de Classe da rede municipal de Sorocaba, divergências conceituais e ausência de uma orientação padronizada em rede; propôs a formação/eleição de uma comissão, oficializada pela Portaria SEDU nº41/2013, publicada no Jornal do Município de 25 de novembro de 2013.

Esta comissão, composta por uma Supervisora de Ensino: Cláudia Milaré de Toledo Lusivo; uma Diretora de Escola: Maria Aparecida de Oliveira Duarte; um Vice-Diretor de Escola: Antonio Avelino Minhano Alves; duas Orientadoras Pedagógicas: Patrícia Proença Callado (representando as escolas de Ensino Fundamental I) e Sônia Maria Manetta Cobianchia de Oliveira (Representando as escolas de Ensino Fundamental II e Médio); duas Professoras: Cristina Dorelli Prado Almeida e Bianca Barrochelo Caiuby; e a Chefe de Seção de Monitoramento da Aprendizagem e Resultados Educacionais: Mariane Bolina Martins, constitui-se para analisar, pesquisar referenciais teóricos, bases legais e propor alternativas a respeito das ações que envolvem o acompanhamento do rendimento escolar dos alunos da rede.

Deste modo, intitulada por “Comissão de Rendimento Escolar”, o grupo desenvolveu diversas ações, dentre elas:

- Análise dos instrumentos utilizados na rede para registrar o Conselho de Classe Ano/Série/Termo à luz da legislação vigente: LDBEN nº 9394/96, Decreto CEE nº 11.625/78, Parecer nº CEE 67/98, Deliberação CME nº 02/99, Deliberação CME nº 01/01 e Regimento Escolar.
- Estudo de Referencial Teórico sobre o tema;
- Pesquisa das práticas de Conselho de Classe Ano/Série/Termo junto às Unidades escolares;
- Viabilização de palestra externa às Equipes de Suporte Pedagógico, com base nos estudos realizados para fomentar as reflexões acerca do tema Conselho de Classe.
- Proposta de adequação e alinhamento das orientações e instrumentos de registro do Conselho de Classe Ano/Série/Termo, atendendo a legislação e relacionando às publicações existentes na SEDU, a saber: Termo de Orientações para a Elaboração de Atas e Orientações sobre o Conselho Final.

Diante do exposto, a Comissão optou pela organização deste caderno, denominado “Diretrizes para o Conselho de Classe Ano/Série/Termo da Rede Municipal de Sorocaba”, de forma a registrar as concepções, reflexões, os estudos e as propostas a serem consolidadas.

II – AVALIAÇÃO ESCOLAR

A Constituição Brasileira de 1988, ao estabelecer o Ensino Fundamental como direito de todas as crianças e dever do Estado, promoveu um marco histórico em nosso país, que busca contribuir com a minimização dos processos excludentes na educação. Neste contexto, a escola além de assegurar o acesso a todos, possui ainda o enorme desafio de assegurar o desenvolvimento da aprendizagem para todos, promovendo neste processo a cidadania, autonomia, igualdade, democracia, laicidade, sem exclusão do saber.

A avaliação, prática pedagógica inserida no cotidiano escolar com objetivo inicial de proporcionar a aprendizagem dos alunos por meio da verificação do apreendido no processo de ensino e aprendizagem, consolidou-se numa prática de avaliação tradicional e classificatória no contexto histórico da avaliação educacional, sendo um dos fatores responsáveis pelo fracasso, evasão, reprovação e não aprendizagem de crianças e adolescentes. Villas Boas (2009) pontua que o caráter classificatório da avaliação “costuma penalizar as que apresentam desempenho mais fraco e os menos favorecidos economicamente”, uma exclusão explícita ou velada, segundo Freitas (2006), para os estudantes que apresentam ritmos de aprendizado diferentes, denominada de eliminação adiada.

As orientações da LDB caminham no sentido das avaliações não serem classificatórias e excludentes, nem terem como característica o momento terminal do processo educativo, mas como ação contínua, em que ensino e aprendizagem são avaliados e redirecionados. Corroboram com esta perspectiva diversos documentos municipais tais como o Marco Referencial da Rede Municipal de Sorocaba (Capítulo II), Matriz Curricular da Rede Municipal de Sorocaba e Regimento Comum às Escolas Municipais de Sorocaba, assim como diversos documentos públicos (BRASIL, 1997; 2008; 2009) que também apontam para uma concepção de avaliação que compreende que “todas as pessoas são capazes de aprender e de que as ações educativas, as estratégias de ensino, os conteúdos das disciplinas devem ser planejados a partir dessas infinitas possibilidades de aprender dos estudantes” (FERNANDES e FREITAS, 2007, p. 20).

Sendo assim a SME de Sorocaba-SP ratifica e adota como orientadora das suas práticas avaliativas a avaliação formativa, função inclusiva e potencializadora das aprendizagens de todos e todas nas escolas e demais instâncias desta Secretaria. Entendemos que sendo a avaliação compreendida em seus três níveis (da aprendizagem, institucional e de larga escala) é possível mediar e perpassar todos os processos a elas inerentes por meio da função formativa (LIMA, 2012). Avaliar de maneira formativa é considerar que os sujeitos são, ao mesmo tempo, avaliadores e avaliados. A diferença não está no instrumento ou procedimento, assevera Hadji apud Lima (2012). O que faz ser formativa a avaliação é a intenção de incluir o estudante no processo afim de que se evite a exclusão no processo e do processo; causando repetências, evasões e danos para a autoestima do estudante e, não por acaso, para a escola enquanto detentora de uma função social digna com o preceito constitucional de garantir a educação escolar como direito público subjetivo.

A Avaliação Formativa busca fundamentar a sua teoria do conhecimento no modo de ser da relação entre sujeito e objeto de conhecimento, entendendo que a ação transformadora não se faz sozinha, mas a partir de uma relação que se estabelece consigo mesmo e com os outros, pois, avaliar é uma oportunidade para adquirir conhecimento; quando o aluno se submete a uma

avaliação ele está também aprendendo. Portanto, os objetivos do ensino são os referenciais para se decidir sobre a metodologia e o conteúdo da avaliação, pois avaliação e objetivo formam um par indissociável, sendo assim, o momento propício para avaliação acontecer é aquele em que está ocorrendo o ensino, cotidianamente, pois o papel da avaliação deve ser o de investigar, identificar a situação em que se encontram as aprendizagens ou mesmo as não-aprendizagens.

O objetivo da avaliação formativa é promover aos estudantes e aos educadores uma aprendizagem com compreensão dos processos por eles vivenciados. Assim, entendemos que possibilitar aos professores análise, reflexão e intervenção aprofundada do seu trabalho e dos processos de aprendizagem dos alunos, com vistas a transformar a prática docente, se torna um processo formativo para eles mesmos e para toda a equipe diretiva da escola.

Segundo Esteban (1997) avaliar o aluno passa de julgamento sobre a aprendizagem para o momento de refletir sobre o que ele já sabe, que caminhos percorreu para chegar a esse saber, qual foi o processo de construção de conhecimentos, o que esse aluno não sabe e suas possibilidades de avanço, suas necessidades para que a superação do não saber possa ocorrer.

No nível da sala de aula a avaliação da aprendizagem está muito presente, no nível da escola e da direção, se fortalece a avaliação institucional servindo como meta avaliadora dos processos que ocorrem ou impactam a organização do trabalho pedagógico e, não por acaso, serve para refletir e organizar os dados que emanam dos exames externos ou avaliação em larga escala (FREITAS et al, 2009).

A escola toda avalia, a escola toda é avaliada, esse é o sentido de que a avaliação seja formativa, contudo deve servir ao encorajamento e não à exposição, exclusão ou discriminação em nenhum dos seus níveis.

Nessa perspectiva, a avaliação não se dissocia do trabalho pedagógico, por isso demanda dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem um constante movimento de reflexão-ação-reflexão ocorrida necessariamente antes, durante e depois do processo educativo. Assim, “o sentido da avaliação formativa é o de aprender a perceber a trajetória particular de cada um na construção do conhecimento-possibilidades, avanços e necessidades” (MIRANDA, 2011, p.78).

Enfim, a avaliação formativa informa ao estudante, ao professor e aos gestores sobre o alcance dos domínios dos objetivos e conteúdos programados; indica e identifica quem é o aluno e quais são as suas fragilidades e potencialidades, visando contribuir com intervenções que ajudem a superar os desafios; permite flexibilidade no planejamento e planos de aula, adaptando-os à realidade encontrada; possibilita tomada de decisão de natureza pedagógica e metodológica; ocorre durante todo processo de ensino e aprendizagem, com a utilização de um ou de vários métodos avaliativos, especialmente no momento em que o aluno está desenvolvendo as atividades; visa à ajuda imediata, em tempo presente e aplica-se a todos que se encontram em processo formativo, pois, “Aprendizagem e avaliação andam de mãos dadas – a avaliação sempre ajudando a aprendizagem” (VILLAS BOAS, 2010, p. 29).

III – A FUNÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE

**“O processo coletivo de avaliação
é qualitativamente superior ao individual”
(DALBEN. 2004, p. 45)**

Como instância reveladora das concepções políticas e pedagógicas de avaliação e de ensino-aprendizagem, o Conselho de Classe vem sendo, progressivamente, foco de atenção de estudiosos da área da educação, ainda que com poucas publicações a respeito do tema.

Conforme Dalben (2004), a ideia do Conselho de Classe surgiu na França, por volta de 1945, com a necessidade de se promover um trabalho interdisciplinar de classes experimentais. Essa ideia chega ao Brasil em 1958, por intermédio de alguns educadores que viveram tal experiência, sendo o Rio de Janeiro o primeiro estado a implantar o Conselho de Classe, que encontra respaldo na tendência de um novo ideal pedagógico apresentado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

O Conselho de Classe surge então como espaço de reflexão e redimensionamento do fazer pedagógico, estabelecendo outras formas de se relacionar com o outro e com o saber historicamente construído, tendo no diálogo a base do processo de formação (DALBEN, 1995).

A seleção, transmissão, formas de trabalho, acompanhamento da aprendizagem dos conteúdos organizados e difundidos na escola procura atender aos interesses de uma sociedade que se pretende formar. Neste contexto, se encontra o papel político da educação, que não se relaciona somente aos conteúdos e técnicas desenvolvidas, mas principalmente à postura de todos os educadores. Dalben (2004) lembra-nos que fazemos política na escola em todos os momentos, na seleção do conteúdo e da bibliografia, na distribuição de turmas entre os professores, na postura avaliativa, nas decisões pedagógicas e nas relações que estabelecemos com alunos, pais e colegas. Todas as nossas ações são políticas e se convergem na transformação ou na consolidação das relações sociais.

Se pretendermos formar cidadãos autônomos, críticos, capazes de se relacionar, capazes de participar, que planejamento daria conta disso? Que aulas dariam condições a essa formação? Em quais processos de avaliação esses alunos deveriam participar? Como a escola se fortalece como exemplo vivo destes valores? Como se encontra a instância do Conselho de Classe neste contexto?

O espaço do Conselho de Classe vem sendo construído historicamente como espaço de “*veredictos*”, onde nomes e dificuldades são apresentados, listados em atas, espaço de inúmeras responsabilizações à família e aos alunos. Como instância avaliativa promotora do desenvolvimento e da aprendizagem, o Conselho de Classe deve se organizar de forma a promover a participação de todos os envolvidos no processo, assumindo o compromisso com a aprendizagem de todos, cujas

decisões de um bimestre estejam inter-relacionadas com as do bimestre seguinte, evidenciando a inclusão, as especificidades de cada caso, o acompanhamento permanente condizente à dimensão processual da aprendizagem, possibilitadas dentro de uma prática de avaliação formativa (SANTOS, 2006).

Dessa maneira, estar a serviço dos interesses dos educandos é munir-se teórica e metodologicamente, com o conhecimento, objeto do trabalho pedagógico, para o enfrentamento das necessidades. Há que se posicionar ética e profissionalmente, envolver-se, levantar possibilidades, sempre num processo coletivo, vivo, contínuo e autônomo.

Em síntese, o Conselho de Classe deve se consolidar como um espaço de mudança, espaço de revisão das práticas; condição necessária para que os diversos fatores relacionados ao processo de ensino-aprendizagem sejam desvelados, pois a interseção destes fatores é a determinação do ponto de partida para novas ações, numa constante troca de procedimentos e realização de propostas que visam a tornar a prática pedagógica acessível e promotora de avanços no que se refere ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Ele é, ao mesmo tempo, espaço-tempo de avaliação do processo de ensino e das aprendizagens que aconteceram ou não foram realizadas. Para Lima (2012) é o momento em que estão presentes, fortemente, a avaliação informal e esta deve ser canalizada para processos formativos, o mesmo autor acresce que a avaliação institucional pode ser bem aproveitada se considerar que no espaço-tempo do Conselho de Classe estão presentes os elementos sutis e culturais que remontam o modo de pensar, agir e avaliar dos profissionais dessa instituição secular, a escola.

IV– BASES LEGAIS E DOCUMENTOS NORTEADORES:

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional abre espaço para a participação no ambiente educativo.

LDB 9394/96 - artigo 14:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;**
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.**

Em 1998, o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo apresenta nova normatização quanto à organização e atribuições dos Conselhos de Classe (em 1977 e 1978 já haviam publicado decretos sobre as atribuições do Conselho de Classe -Decreto CEE - N.º 10.623, de 26 de outubro de 1977 e Decreto CEE - Nº 11.625, de 23 de maio de 1978).

Parecer CEE - Nº 67/1998 - Seção II Dos Conselhos de Classe e Série

Artigo 20 - Os Conselhos de Classe e Série, enquanto colegiados responsáveis pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, organizar-se-ão de forma a:

- I - possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos, entre turnos e entre séries e turmas;**
- II - propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e de aprendizagem;**
- III - favorecer a integração e a sequência dos conteúdos curriculares de cada série/classe;**
- IV - orientar o processo de gestão do ensino.**

Artigo 21 - Os Conselhos de Classe e Série serão constituídos por todos os professores da mesma classe ou série e contarão com a participação de alunos de cada classe, independentemente de sua idade.

Artigo 22 - Os Conselhos de Classe e Série deverão se reunir, ordinariamente, uma vez por bimestre, ou quando convocados pelo diretor.

Artigo 23 - O regimento escolar disporá sobre a composição, a natureza e as atribuições dos Conselhos de Classe e Série.

O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba publicou em 2001, a deliberação que regulamenta os casos de pedidos de reconsideração e recursos referentes aos resultados finais de avaliação.

Deliberação CME nº01/2001

- **Artigo 3º** - A avaliação feita na escola, respeitado o disposto no seu Regimento, levará em conta o desempenho global do aluno, no conjunto dos componentes curriculares cursados durante o ano ou período letivo, considerada a avaliação em seu caráter diagnóstico e formativo e indicando a sua possibilidade de prosseguimento de estudos.
- **Artigo 4º** - Compete ao professor responsável o registro sistemático dos procedimentos avaliativos, considerando também a assiduidade dos alunos, bem como informações sobre o aproveitamento escolar, as dificuldades apresentadas pelo mesmo para atingir os objetivos propostos e as estratégias para superá-las.
- **Artigo 6º** - O Diretor da Escola reunirá o conselho de classe/série/termo, que analisará o pedido, levando em conta os seguintes aspectos:
 - a) evidência da falta de procedimentos pedagógicos previstos no regimento escolar ou plano de gestão escolar;
 - b) atitudes discriminatórias contra o aluno e/ou inobservância das normas regimentais da Escola ou outras normas e leis pertinentes.
- **Artigo 7º** - Da decisão da direção da escola caberá recurso ao aluno ou de seu responsável legal, dirigido à Secretaria da Educação e Cultura, em petição escrita e fundamentada, protocolada na própria Escola, até o 5º dia subsequente à publicação do resultado da reconsideração.
- **Artigo 8º** - O expediente de recurso deverá ser encaminhado à Secretaria de Educação e Cultura, até o 5º dia subsequente ao seu protocolo, instruído com os seguintes documentos:
 - **a) justificativa do Diretor da Escola;**
 - **b) plano de ensino do componente curricular objeto da retenção;**
 - **c) projetos de avaliação, incluindo descrição dos seus instrumentos e dos critérios utilizados;**
 - **d) Planos de recuperação;**
 - **e) projetos de adaptação (quando for o caso);**
 - **f) ficha individual da avaliação do aluno;**
 - **g) histórico escolar do aluno;**
 - **h) fotocópia do diário de classe (no que couber);**
 - **i) atas das reuniões em que se analisou o desempenho do aluno.**

O Regimento comum às escolas municipais da rede de Sorocaba, em vigor desde 2010, apresenta orientações quanto ao Conselho de Classe, Avaliação, Promoção e Retenção.

Regimento Comum da Rede Municipal de Sorocaba – Seção II – Página 13. DO CONSELHO DE CLASSE e Ano/Série/Termo

Seção II - Do Conselho de Classe e Ano/Série/Termo

- **Art.27.** O Conselho de Classe e Ano/Série/Termo, de natureza consultiva e deliberativa, enquanto colegiado responsável pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino-aprendizagem, organizar-se-á de forma a:

**Parecer
CEE
67/1998
Art. 20**

- I – possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos, entre turnos e entre anos/séries/termos ou turmas;
- II – propiciar o debate permanente sobre o processo ensino-aprendizagem;
- III – favorecer a integração e a sequência dos conteúdos curriculares de cada classe/ano/série/termo/turma;
- IV – orientar o processo de gestão do ensino.

**Parecer
CEE
67/1998
Art. 21**

Art.28. O Conselho de Classe e Ano/Série/Termo será constituído por todos os professores da mesma classe e ano/série/termo e contará com a participação de alunos de cada classe, independentemente de sua idade.

- **Parágrafo Único.** O Conselho de Classe e Ano/Série/Termo será presidido pelo diretor da escola, assessorado pelo orientador pedagógico.
- **Art. 29.** O Conselho de Classe e Ano/Série/Termo reunir-se-á bimestralmente e no final do ano letivo para analisar os resultados do desempenho escolar e decidir sobre a promoção ou retenção dos alunos, dando ciência aos pais ou responsáveis legais.

Parágrafo único. O Conselho de Classe e Ano/Série/Termo poderá propor encaminhamentos de alunos a atendimentos específicos, de acordo com as necessidades apresentadas em cada caso.

Regimento Comum da Rede Municipal de Sorocaba – Capítulo V – Seção I, Página 27. DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO - Seção I

Dos Princípios

- **Art. 83.** A avaliação da escola, elemento de reflexão e transformação da prática escolar, terá como princípio o aprimoramento da qualidade do ensino.
- **Art. 84.** A direção e orientação pedagógica implementarão mecanismos que consolidem a prática da avaliação, favorecendo a aplicação dos resultados em prol da melhoria da qualidade de ensino.
- **Art. 85.** A avaliação será subsidiada por procedimentos de observações e registros contínuos e terá por objetivo permitir o acompanhamento:
 - I – sistemático e contínuo do processo de ensino-aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas propostos;
 - II – do desempenho da gestão, dos professores, dos alunos e dos demais funcionários no transcurso do processo educacional;
 - III – da participação efetiva da comunidade escolar nas mais diversas atividades propostas pela escola;
 - IV – da execução do Projeto Eco-Político-Pedagógico.

Regimento Comum da Rede Municipal de Sorocaba – Seção III, Páginas 28 e 29. DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

- **Da Avaliação do Ensino e da Aprendizagem**
- **Art. 89. O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem será realizado através de procedimentos internos e externos.**
- **Art. 90.** A avaliação externa do rendimento escolar, a critério da Secretaria da Educação, tem por objetivo oferecer indicadores comparativos de desempenho para tomada de decisões no âmbito escolar e nas diversas esferas do sistema municipal de ensino.
- **Art. 91.** A avaliação interna do processo ensino-aprendizagem será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo por objetivos:

I – diagnosticar e registrar os progressos e as dificuldades dos alunos;

II – orientar os alunos quanto aos esforços necessários à superação de suas dificuldades;

III – possibilitar que os alunos auto avaliem sua aprendizagem;

IV – fundamentar as decisões do Conselho de Classe e Ano/Série/Termo quanto à necessidade de procedimentos contínuos, paralelos ou intensivos, de reforço e recuperação da aprendizagem, de classificação e reclassificação de alunos;

V – orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares;

VI – embasar a tomada de decisão quanto à promoção dos educandos ao final dos anos/séries/termos.

Parágrafo único. A avaliação do processo ensino-aprendizagem envolve a análise do conhecimento, das competências e habilidades adquiridas pelo aluno, em três dimensões conceitual, procedimental e atitudinal.

Regimento Comum da Rede Municipal de Sorocaba – Seção III, Página 29. DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

- **Art. 92.** A avaliação deve ser entendida como meio que permita:

I – a possibilidade de avanço nos cursos e nos anos/séries/termos mediante verificação do aprendizado;

II – aproveitamento de estudos concluídos com êxito.

- ➔ **Art. 93.** No processo de avaliação, deverão ser utilizados formas e instrumentos diversificados, no mínimo 03 (três) diferentes, elaborados pelo professor e explicitados na Proposta Pedagógica, sob acompanhamento do orientador pedagógico e do diretor da escola.

§1º Na avaliação do desempenho do aluno, os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos.

§ 2º Os critérios de avaliação serão fundamentados em competências e habilidades e nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos objetivos próprios de cada curso e nos objetivos gerais de formação educacional que norteiam a escola.

§ 3º No ensino fundamental, do 3º ano até o 5º ano, a nota final será o resultante da análise qualitativa e global das notas bimestrais em cada componente curricular.

§ 4º O orientador pedagógico deverá orientar a elaboração dos instrumentos de avaliação para que os mesmos sejam coerentes com a metodologia desenvolvida nas aulas, estabelecendo objetivos de cada questão de modo a contemplar as competências e habilidades trabalhadas.

Regimento Comum da Rede Municipal de Sorocaba – Seção III, Página 29. DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

- **Art. 94.** Os resultados da avaliação do desempenho serão expressos numa escala de notas em números inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), graduadas de cinco em cinco décimos.
§ 1º Os resultados da avaliação do desempenho deverão ser registrados bimestralmente pelos docentes.
§ 2º Os resultados da avaliação do desempenho deverão ser analisados conjuntamente com alunos, pais ou responsáveis legais e com professores membros do Conselho de Classe e Ano/Série/Termo.
§ 3º Será considerado como patamar indicativo de desempenho escolar satisfatório a nota igual ou superior a cinco.
- **Art. 95.** Os resultados do processo de avaliação nortearão as decisões do Conselho de Classe e Ano/Série/Termo quanto às necessidades de adoção de procedimentos de recuperação de aprendizagem, de classificação e reclassificação de alunos, conforme legislação vigente.
- **Art. 96.** Nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, a avaliação da aprendizagem tem como pressuposto básico a observação, o registro e a reflexão permanente do professor acerca da ação, do pensamento e conhecimento das crianças, de suas diferenças culturais e de seu desenvolvimento.
- **Parágrafo único.** São instrumentos de avaliação a observação e o registro do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos, constatados por meio da participação nas diversas situações propostas intencionalmente ou espontâneas e por meio das produções realizadas durante as atividades e registradas pelo professor em ficha própria.

Regimento Comum da Rede Municipal de Sorocaba – Seção III, Página 29. DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

- ➔ **Art. 97.** Os três anos iniciais do ensino fundamental são destinados especialmente ao processo de alfabetização e letramento, sendo que o registro do desempenho do aluno processar-se-á na seguinte forma:
I – do primeiro ao terceiro ano será descrito por meio de ficha própria, a qual possibilitará a reflexão contínua pela equipe pedagógica dos avanços qualitativos;
II – no terceiro ano, além da ficha, os resultados da avaliação do desempenho serão expressos na escala de notas em números inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), graduadas de cinco em cinco décimos.
Parágrafo único. A ficha será preenchida bimestralmente pelo professor e apresentada aos pais para ciência por escrito.

Regimento Comum da Rede Municipal de Sorocaba - CAPÍTULO VI PROMOÇÃO E RETENÇÃO

DA PROMOÇÃO E RETENÇÃO

- **Art. 98.** Será considerado promovido para a série/ano subsequente ou concluinte de curso o aluno que:
 - I – no 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total dos dias letivos, tendo descrito em ficha própria seu processo de aprendizagem;
 - II – no 3º ano do Ensino Fundamental obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total dos dias letivos, tendo ao final do ano rendimento satisfatório, descrito em ficha própria e nota final igual ou superior a 05 (cinco) pontos na escala de notas;
 - III – do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no total dos dias letivos ou horas-aulas letivas e nota final igual ou superior a 05 (cinco) pontos na escala de notas.
- § 1º A unidade escolar assegurará tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares ao longo do ano letivo para aqueles alunos com frequência insatisfatória.
- § 2º Para fins de promoção, o Conselho de Classe deve levar em consideração o desempenho global do aluno durante o ano ou série, no conjunto dos componentes curriculares cursados, as características individuais do aluno e as condições de prosseguimento de estudos na etapa seguinte.
- **Art.99.** Ao final do 3º e nos anos subsequentes do 4º ao 9º ano, o aluno que, no conjunto dos componentes curriculares, não atingir o nível de aprendizagem que possibilite o prosseguimento de estudos poderá permanecer classificado no mesmo ano escolar para sanar suas dificuldades ou defasagens de aprendizagem.

Regimento Comum da Rede Municipal de Sorocaba PROMOÇÃO E RETENÇÃO

- **Art. 100.** Deverá permanecer classificado no mesmo ano/série do Ensino Fundamental e Médio regular o aluno que, ao final do ano letivo:

I – apresentar frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), do total de dias letivos ou aulas dadas, sem que tenha compensado as ausências, qualquer que seja o resultado final da avaliação do seu aproveitamento;

II – obtiver nota final inferior a 05 (cinco) pontos em mais de três componentes curriculares.

§1º Em qualquer situação, caberá ao Conselho de Classe e Ano/Série/Termo a decisão final de promoção ou retenção.

➔ **§ 2º É indispensável a elaboração de instrumentos e procedimentos de observação, acompanhamento contínuo, registro, avaliação e reflexão permanente sobre o processo ensino-aprendizagem, de modo a assegurar aos alunos seu pleno desenvolvimento nos aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo.**

§ 3º O aluno que permanecer classificado no mesmo ano/série por ultrapassar o limite de faltas sem a devida compensação de ausências poderá, no início do ano/série seguinte, ser reclassificado mediante avaliação de competência.

§ 4º Excetua-se do inciso II deste artigo os dois primeiros anos do Ensino Fundamental destinados ao desenvolvimento da alfabetização e letramento.

- **Art. 101.** Caberá pedido de reconsideração e recurso referente aos resultados finais da avaliação de alunos do Ensino Fundamental, a ser interposto pelo pai ou responsável legal de acordo com regulamentação do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba.

V- A ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE CLASSE ANO/SÉRIE/TERMO – DADOS DA PESQUISA

Durante a primeira quinzena de março do presente ano, as escolas puderam dar as suas contribuições por meio de uma pesquisa encaminhada pela Comissão de Rendimento Escolar, a qual obteve o retorno de 50% das escolas na apresentação dos trabalhos que realizam em seus Conselhos de Classe Ano/Série/Termo, inclusive enviando exemplos dos diversos documentos de monitoramento que utilizam em seus processos avaliativos.

No dia 24 de março de 2014, a Comissão reuniu-se novamente para analisar as contribuições das escolas. Foi verificado que a maioria dos Conselhos de Classe desenvolvidos na rede contam apenas com a participação dos gestores e professores. Verificou-se também, que em alguns casos, o momento do Conselho de Classe tem sido precedido por um “pré-conselho”. Este “pré-conselho”, quando apontado, foi organizado de duas maneiras: 1) durante as aulas de Educação Física, na qual o professor titular da classe faz reunião com o Orientador Pedagógico e/ou; 2) Em HTPC permitindo que os demais professores conheçam melhor o andamento das turmas e as dificuldades apresentadas em cada turma/aluno indicado ao Conselho de Classe e proponham planos coletivamente.

Desta forma, convidamos duas escolas participantes do processo da pesquisa para apresentarem um breve relato dos caminhos próprios encontrados em busca do desenvolvimento da avaliação formativa. Seguem abaixo os dois relatos vivenciados em nossa rede:

E.M. “Prof. Edemir Antonio Digiampietri”.

Desde o segundo semestre de 2013 a proposta da Equipe Gestora da E.M. Prof. Edemir Antonio Digiampietri é o alinhamento das ações necessárias ao fortalecimento **da Gestão para a Aprendizagem** dos alunos.

O envolvimento dos educadores no processo de reconstrução dos procedimentos pedagógicos necessários ao atendimento da necessidade de melhoria do desempenho dos alunos teve início com intensa discussão visando à elaboração das **Expectativas de Aprendizagem**, definidas por Ano/Série e disciplina, tendo como eixo norteador a Matriz Curricular da Rede Municipal de Sorocaba. Um movimento realizado em reuniões de Hora de Trabalho Pedagógico (HTP) e Reunião de Avaliação Ensino Aprendizagem (RAEA) onde, em determinados momentos, a necessidade de retomarmos questões e reavaliarmos as reais necessidades da escola foram claramente observadas.

A equipe gestora utiliza como estratégia para avaliação e monitoramento dos resultados dos alunos, a **Avaliação da Escola (A.E.)**. Neste nível de avaliação, cujo foco do monitoramento são as turmas de 3^{as} e 5^{as} Anos, os gestores analisam e compartilham com a equipe docente os resultados obtidos pelos alunos, comparando-os com os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pelos professores. As distorções entre as duas instâncias de avaliação ficaram explícitas quando retomamos os resultados das turmas no Conselho de Classe Ano/Série/Termo. As questões a serem respondidas se tornaram evidentes. Como alinhar as avaliações de modo a termos resultados fidedignos? Como minimizar os efeitos da subjetividade no processo avaliativo?

E.M. “Prof. Edemir Antonio Digiampietri”.

A resposta para nossas inquietações surgiu com a retomada do processo já iniciado de organização dos **Níveis de Aprendizagem**, definidos por Ano/Série e disciplina. Um alinhamento que, tal como a definição das expectativas de aprendizagem, demandou um trabalho árduo, de idas e vindas em busca de um consenso.

A partir do trabalho realizado no segundo semestre de 2013, iniciamos então a organização do Conselho de Classe Ano/Série/Termo com nova perspectiva. Percebemos o desafio que se apresenta tendo em vista a necessidade de torná-lo um espaço de avaliação e também como instância de discussão e tomada de decisões para melhoria do processo de ensino e aprendizagem dentro da instituição.

A necessidade de ampliarmos nossa compreensão sobre um espaço que nos inquieta, quando notamos seu caráter burocrático e impreciso na definição da concepção de educação que queremos oferecer aos nossos alunos, surge com o amadurecimento da equipe escolar. Compreendendo que o colegiado que possui, de acordo com a legislação vigente, caráter consultivo e deliberativo, apresenta poucos avanços quanto a sua função deliberativa nos procedimentos pedagógicos adotados pela instituição. É o Conselho de Classe Ano/Série/Termo que possui legitimidade para, a partir dos resultados obtidos pelos alunos, oferecer subsídios para intervenções necessárias e, assim, nortear as ações escolares com seus desmembramentos, tais como a definição de temas para as RAEA e HTP, por exemplo.

A proposta que apresentamos é o CONSELHO FORMATIVO, que reorienta a utilização do espaço/tempo destinado à análise do desempenho dos alunos. O conselho adquire o papel formativo quando, além da análise do desempenho dos alunos, se articula para favorecer a discussão e tomada de decisão quanto às necessidades de intervenções e propostas da equipe escolar para sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos. A aprendizagem dos alunos deixa de ser uma responsabilidade apenas do professor.

Desta forma, o processo avaliativo adquire novas possibilidades, minimizando a subjetividade e possibilitando a análise global do aluno e também da **qualidade da educação** que a escola oferece. No espaço escolar, a atividade de avaliação passa a ser compreendida, antes de tudo, como uma **prática pedagógica a serviço da aprendizagem**. A avaliação adquire caráter formativo, quando em momentos coletivos discutimos o processo de avaliação em três perspectivas: para o aluno, para a escola e para os profissionais que nela atuam, tendo o Marco Referencial como subsídio. Entendemos que a responsabilidade pela não aprendizagem não deva recair apenas no aluno, na ausência da família ou nas condições sociais ou culturais do educando, passando a ser uma responsabilidade dos professores, da equipe gestora e da organização da escola para favorecer o sucesso do aluno em sua trajetória escolar.

E.M. “Prof. Edemir Antonio Digiampietri”.

Organização do Conselho Formativo:

1- Atividades “pré-conselho”:

- a. Preenchimento de impresso para registro dos resultados da turma
- b. Entrega do documento para Equipe Gestora
- c. Tabulação dos dados e organização de gráficos
- d. Estudo de Caso – Alinhamento: Expectativas de Aprendizagem e Níveis de Proficiência
- e. Discussão de casos em HTP (antecedendo o Conselho de Classe Ano/Série/Termo)

2- Conselho de Classe Ano/Série/Termo

- a. Apresentação dos resultados da Avaliação da Aprendizagem em impresso próprio da escola e alinhamento entre Expectativas de Aprendizagem e Níveis de Proficiência
- b. Análise global por Ano/Série e disciplina
- c. Apresentação dos resultados da Avaliação da Escola (A.E.)
- d. Discussão de estratégias gerais para atendimento dos alunos com baixo desempenho escolar.
- e. Organização do Plano de Ação do Professor.

Professora Maria Aparecida de Oliveira Duarte

Diretora de Escola

Professora Patrícia Proença Callado

Orientadora Pedagógica

Secretaria da Educação/Sorocaba

E.M. “Prof. Oswaldo de Oliveira”.

O processo de encerramento bimestral nesta Unidade Escolar há alguns anos se dá por processos de trabalho que foram sendo construídos gradativamente de forma a tornar esse momento significativo para professores, alunos e equipe de suporte pedagógico, sempre pensando em nosso maior objetivo dentro dessa instituição: o aluno.

Posto isso, o que se pratica de forma resumida é, ao iniciar o último mês do bimestre, o orientador pedagógico delimita as diretrizes do portfólio da turma: cada professor providencia uma pasta catálogo, cada aluno terá um pocket com as atividades mais significativas desenvolvidas dentro do bimestre, a saber: diagnósticas, de acompanhamento e de avaliação, para que se demonstre/perceba o desenvolvimento/avanço das habilidades dos alunos dentro das atividades propostas para a turma. É proposto que seja feito da turma toda para oferecer uma visão global do desempenho do grupo.

Esse material é solicitado com alguma antecedência da data de encerramento do conselho para que o professor consiga se organizar e o orientador também possa verificar o material. E no meu caso, fazer algumas anotações que considero importantes para o passo posterior, os atendimentos de “Pré-conselho”.

Após analisar as atividades de todos os alunos e fazer as observações que considerar importantes, tais como: percepções sobre o tipo de dificuldade percebida na turma toda em determinado assunto/habilidade, alterações que possam ser sugeridas na forma de intervenção ou proposta de atividade, percepção de avanço ou estagnação de alunos, e proposto atendimento nos horários de aulas de educação física. Neste atendimento, relato ao professor as impressões que tive ao analisar as atividades e todas as anotações que fiz, aluno por aluno e faço as sugestões que pensei ao mesmo tempo em que questiono as estratégias do professor em relação à turma e às dificuldades apresentadas pelos alunos. Em seguida conversamos sobre os alunos que serão apresentados para apreciação do conselho de classe – aqueles com rendimento abaixo do esperado para o bimestre, em relação a ele mesmo e à turma. Nessa ocasião são feitas propostas de ações pontuais, intervenções e sugestões como oportunidade de melhoramento para o professor e sua turma. Esse momento é a oportunidade de interação orientador – professor.

E.M. "Prof. Oswaldo de Oliveira".

Concomitante a ele e anterior à reunião de Conselho ocorrem as reuniões de HTP (Hora de trabalho pedagógico) de "pré-conselho", que compreendem um a dois dias onde os professores (nos dois primeiros bimestres) se reúnem com o grupo de série e trocam entre si seus portfólios, ou seja, o professor terá a oportunidade de ver além do andamento da sua turma, pelo menos o de mais uma turma de mesma série. Nessa ocasião o objetivo é olhar o processo de avaliação desenvolvido (por si mesmo e pelo colega) e é com esse foco que são orientadas a olhar as atividades e enxergar através delas o processo de avaliação. Ao olhar o portfólio é sugerido que façam anotações (utiliza-se um impresso) com três colunas. Na primeira anotam-se os aspectos de destaque do processo, na segunda, os aspectos que sentiu falta, não que o professor não o faça, (e isso é deixado bem claro). Conversa-se muito sobre o portfólio ser um recorte do trabalho desenvolvido em sala e é com esse olhar que as atividades são analisadas. Tem-se o cuidado em não causar desconforto para nenhum lado do processo. E na terceira coluna são descritas as sugestões.

O próximo momento é a socialização, as professoras que trocaram portfólios sentam e conversam sobre suas impressões.

No próximo momento os grupos de série sentam juntos e socializam o que puderam construir com essa experiência: quais as aprendizagens/ dificuldades os alunos demonstraram, que estratégias o grupo pode adotar a partir do próximo bimestre para auxiliar e potencializar as aprendizagens e habilidades dos alunos. Esse momento ajuda os professores a ampliarem a visão da série.

Na reunião de Conselho de Classe há muitos movimentos de planejamentos de próximos passos do bimestre seguinte, então iniciamos sempre com o relato breve dos alunos com menor rendimento, aqueles que serão apresentados em ata, porém sem foco neles, pois passado esse momento que é de conferência e registro retomamos os processos vivenciados anteriormente, avaliamos a eficácia deles e são propostos possíveis ajustes então passamos para as socializações dos grupos de série e suas construções: dificuldades apresentadas pelos alunos e principais ajustes que o grupo precisa fazer.

Numa dessas avaliações o grupo sugeriu que fossem vistos portfólios de outras séries e a partir do ano passado (2013) no segundo semestre fizemos essa alteração; assim no momento de socialização do grupo de série havia visão de todas as etapas.

E.M. “Prof. Oswaldo de Oliveira”.

Nesse momento de socialização são consensadas e analisadas tanto as dificuldades como os ajustes por séries para que se possibilite a compreensão do processo de ensino aprendizagem da escola se estão ocorrendo ruídos e problemas em alguma modalidade e como podemos ajustar as ações. São propostas ações coletivas e então o tempo é dado aos grupos de série para se ajustarem também.

Esse processo sofre alterações ano a ano e ajustes conforme o grupo. Da forma como foi descrito ocorre há quase três anos, esse será o quarto, com a mesma perspectiva – o aluno e sua aprendizagem, para então pensarmos no professor e sua “ensinagem”.

Professora Maria Isabel Leite

Orientadora Pedagógica

Secretaria da Educação/Sorocaba

VI- DOCUMENTAÇÃO DOS CONSELHOS DE CLASSE ANO/SÉRIE/TERMO

Para a definição da proposta de organização dos registros do Conselho em rede, a Comissão considerou:

- Que as avaliações devem ser formativas, prevalecendo os aspectos qualitativos;
- Que um dos requisitos comprobatórios da ação pedagógica da escola é a ata do conselho que deve apresentar todas as turmas, os casos analisados e o que foi proposto a cada bimestre avaliado; inclusive nos casos onde se aplica a Lei CME nº 01/2001;
- Que a Ata é um documento de valor oficial da escola e possui modalidade textual própria a qual deve ser respeitada;
- Que o espaço do Conselho deve possibilitar a reflexão, não se prendendo às questões burocráticas, havendo bom uso do tempo para participações, intervenções e deliberações.

Assim, propomos que:

1. A escola se organize nas semanas anteriores ao Conselho de forma a promover um espaço coletivo de troca entre os pares e gestores (HTP/RAEA), realizando um levantamento da aprendizagem das turmas e dos casos que necessitam de maior atenção;
2. Os docentes preencham com antecedência o relatório de sua classe ou turmas, de acordo com a prática da instituição, porém, atentando às informações sobre: o aproveitamento geral da classe, os apontamentos do desenvolvimento individual dos alunos com aproveitamento abaixo do esperado, os encaminhamentos realizados e os casos com excesso de faltas;
3. O espaço do Conselho seja ocupado pela apresentação das propostas de trabalho ao bimestre que se inicia, pensadas coletivamente em outros espaços, contextualizando dessa forma os avanços obtidos do Ano/Série, as necessidades e as estratégias;
4. A Equipe Gestora se preocupe com as intervenções qualitativas e, burocraticamente, apenas com os registros das deliberações que estão sendo aprovadas *in loco* pelo Conselho de Classe Ano/Série/Termo. Tais deliberações serão mencionadas no final da Ata como ANEXO – PLANO DE AÇÃO.

Sobre a Documentação do Conselho de Classe:

1- RELATÓRIO DA ESCOLA PREENCHIDO COM ANTECEDÊNCIA PELOS PROFESSORES, APRESENTANDO:

- a. Panorama Geral da Turma: aspectos quantitativos relacionados à leitura, escrita e raciocínio lógico matemático;
- b. Frequência dos alunos (inferior a 75%, de acordo com LDB 9.394/96);
- c. Apontamento individual dos alunos com rendimento abaixo do esperado: apresentar as dificuldades, os avanços ao longo dos bimestres e as providências já adotadas pela escola;



2- ATA DO CONSELHO DE CLASSE, CONTENDO:

- a. Texto de abertura, procedimento e fechamento orientado neste documento;
- b. ANEXO DOS PLANOS DE AÇÃO POR ANO SÉRIE/TERMO, APRESENTANDO:
 - c. Breve análise do rendimento da unidade escolar por ano/série/termo;
 - d. Tabela constando o Plano de Ação para cada ano/série/termo com o objetivo de permitir o avanço dos alunos com menor rendimento.

VI- AVANÇOS NECESSÁRIOS

A Comissão de Rendimento Escolar, ao analisar as pesquisas encaminhadas, reconhece a importância da solicitação de ampliação do tempo para o desenvolvimento de um Conselho de Classe adequado e produtivo. Houve o apontamento de que historicamente em nossa rede os Conselhos de Classe ocorriam em dias não letivos, o que proporcionava uma reflexão mais apropriada e aprofundada das questões de ensino e aprendizagem. Sendo assim, as equipes ouvidas sugerem o retorno deste importante tempo, identificando-o como um ajuste necessário aos próximos calendários escolares.

Outro aspecto observado nos estudos da Comissão foi a questão da participação dos pais, alunos e profissionais da escola nos Conselhos de Classe. Não houve registro de práticas em nossa rede que revelasse tal participação. Entretanto, todos os referenciais teóricos estudados pela Comissão defendem esta participação, intitulada na maioria das vezes, por Conselho de Classe Participativo (CCP), que compreende o processo avaliativo fundamentado na democratização, na coletividade, em processo constante de avaliação e autoavaliação, não devendo ser unilateral. Selecionamos algumas estratégias que visam garantir os processos de escuta de todas as partes envolvidas no projeto da escola a cada Conselho de Classe. Consideramos neste momento, que seja oportuna a divulgação de alguns destas experiências. Os exemplos abaixo foram extraídos dos Cadernos de Orientação da Supervisão de Ensino de Bragança Paulista, disponível pelo link: <http://www.derbp.com.br/index.php/supervisao/cadernos-da-supervisao/219-caderno-3-conselho-de-classe-e-serie>.

Experiência 1:

Uma semana antes do Conselho de Classe e Série/Ano, a Direção e a PC entram em todas as salas para conversar com os alunos sobre os resultados de aprendizagem do bimestre. Levantam o que foi aprendido, as dificuldades que os alunos enfrentaram, o que não conseguiram aprender, garantindo processo de reflexão. É elaborado relatório pela turma e dois alunos são eleitos para representar a classe no Conselho.

Na reunião de Conselho de Classe e Série/Ano os alunos representantes leem o relatório e defendem a posição da turma. Os professores colocam seus pontos de vista. Procura-se chegar a um consenso. Há propostas de ações para melhoria dos resultados. Em seguida, discutem-se resultados individuais dos alunos que apresentaram dificuldades. Lavra-se ata.

Na reunião de pais, em um primeiro momento, a Direção faz um apanhado geral do que aconteceu no bimestre e os professores colaboram no que se refere ao conteúdo. Em um primeiro momento, procuram-se destacar os aspectos positivos, os avanços. Em seguida, um aluno representante lê o relatório da classe e depois um professor lê a ata do Conselho. Há conversa com os pais sobre as colocações de alunos e professores. A Direção media a conversa entre todos os presentes. Problemas são levantados e procuram-se propostas de solução. Finalmente, caso os pais necessitem, há um momento para conversa particular com o professor.

Experiência 2:

O processo de organização do Conselho de Classe e Série/Ano tem sua dinâmica subdividida em cinco momentos:

- 1. Os professores de cada série/turma se reúnem para elaborar o perfil da classe; listar as dificuldades dos alunos; propor alternativas de intervenções e organizar os encaminhamentos para recuperação, documentada por escrito.*
- 2. O professor representante de cada série/turma orienta os alunos para a participação no Conselho de Classe e Série/Ano discutindo questões relevantes sobre a classe e as possíveis colocações a serem feitas.*
- 3. Todos os alunos da série/turma participam do Conselho de Classe e Série/Ano com o seguinte roteiro:*
 - a. Apresentação do perfil da turma ou série elaborado pelos professores;*
 - b. O professor representante do corpo docente faz uma análise da série/turma e seu desempenho;*
 - c. São divulgadas as fichas individuais dos alunos onde constam as notas bimestrais e as faltas com as devidas porcentagens;*
 - d. Os alunos se posicionam sobre o perfil da classe por meio de uma análise crítica do trabalho desenvolvido pelos professores com propostas de intervenções para o próximo bimestre.*
- 4. Nas HTPCs o professor que participou do Conselho de cada série/turma socializa os posicionamentos e decisões tomadas aos demais docentes e propõe possíveis intervenções.*
- 5. Assinatura dos gestores e redação do Relatório em Ata bimestral.*

A duração da reunião de cada turma é de 50 minutos (uma aula).

Os registros do Conselho de Classe e Série/Ano dão origem a relatórios escritos com registros das decisões, propostas de encaminhamentos e assinaturas dos participantes.

VIII - CONSIDERAÇÕES

O Conselho de Classe está inserido na categoria Avaliação que se insere dentro de outra categoria mais ampla que é a Organização do Trabalho Pedagógico na escola por ela mesma. Considerando que o papel da SME é o de apontar caminhos, rumos e diretrizes para que as escolas tenham a possibilidade de organização comum, que não quer dizer homogênea, apresentamos para a Comunidade Escolar de Sorocaba o presente trabalho. Ele se fará e refará nas práticas e no cotidiano das escolas por meio da escuta sensível e participativa, assim acreditamos que fortaleceremos os processos pedagógicos. Tomamos como central o debate em torno do Conselho de Classe porque ele é, ao mesmo tempo, instância da avaliação e da gestão da escola (LIMA, 2012). O mesmo autor lembra-nos que a reunião mais proveitosa do Conselho de Classe é aquela que consiga responder: O que os estudantes sabem, o que eles aprenderam? O que eles não aprenderam? O que foi feito para que eles aprendessem? O que ainda pode ser feito? Por meio disso se inicia o cumprimento do exercício ético da avaliação formativa como bem disse Villas Boas (2010).

Os tempos e espaços dos Conselhos de Classe não se limitam ao dia da sua reunião, eles possuem capilaridade que se estende aos momentos das aulas, aos tempos e os sentidos atribuídos às horas de HTP, às reuniões ou encontros com profissionais da escola, com os estudantes e com suas famílias. É tempo de escrita, escuta, reflexão e proposição de ações adequadas a cada realidade escolar. O conselho de classe articulado ao projeto da escola e ao currículo pode ser bem aproveitado quando aliados a formação permanente e em serviço. A gestão escolar, atenta e comprometida com as aprendizagens de todos, fará do Conselho de Classe uma estratégia de autoavaliação da escola, ensino e de aprendizagem de todos (LIMA, 2012).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>

_____. Ministério da Educação, Secretaria Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SÃO PAULO. Parecer: 67/98, Decretos: 10.623/77 e 11.625/78. Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE). Disponível em: <<http://www.ceesp.sp.gov.br/>>

SOROCABA. Deliberações 02/99 e 01/01. Conselho Municipal de Educação de Sorocaba. Disponível em: <http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/?page_id=5180>

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Trabalho Escolar e Conselho de Classe. Campinas, SP: Papirus, 1996. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectiva na Gestão Pedagógica da Escola. Campinas, SP: Papirus, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>

ESTEBÁN, Maria Teresa. Avaliação: momento de discussão da prática pedagógica. In: Garcia, R. L. (org.) Alfabetização dos alunos das classes populares. São Paulo: Cortez, 1997. P. 42-54.

FERNANDES, Domingos. Avaliação, aprendizagens e currículo: Para uma articulação entre investigação, formação e práticas. In BARBOSA, Raquel (Org.) 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996a.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b. FREIRE, Paulo, SHOR, Ira. *Medo e ousadia: cotidiano do professor*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LIMA, Erisevelton Silva. O Diretor e as avaliações praticadas na escola. Brasília-DF: Kiron, 2012.

LUCKESI, Carlos C. *Avaliação da aprendizagem escolar : estudos e proposições*. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Claudia Q. Construção da avaliação formativa nos anos iniciais: a experiência de uma professora pesquisadora. VILLAS BOAS, Benigna M. F. *Avaliação formativa: práticas inovadoras*. Campinas: Papirus, 2011 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

MENDES, Olenir Maria. *Formação de professores e avaliação educacional: o que aprendem os estudantes das licenciaturas durante sua formação*. 2006, 214f. Tese (doutorado em Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares) Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Márcia. O Papel do Conselho de Classe na Escola Pública Atual. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2199-6.pdf>>

REGIMENTO ESCOLAR. Secretaria da Educação de Sorocaba, SP. 2010.

SANTOS. Flávia Regina Vieira. *Conselho de Classe: A Construção de um Espaço de Avaliação Coletiva*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Avaliação: concepção dialética- libertadora da avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1995. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 2, n.2, p. 372-390, jul./dez. 2013.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de F. (org.) *Virando a escola do avesso por meio da avaliação*. 2ªed. Campinas: Papirus, 2009 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico*. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2010 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. *Avaliação formativa: práticas inovadoras*. Campinas: Papirus, 2011 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).



ANEXOS



Escola Municipal “ _____ ”.

CONSELHO DE CLASSE ANO/SÉRIE/TERMO

REGISTRO ATA N°02/2014

Aos ----- dias do mês de ----- do ano de dois mil e -----, na Escola Municipal -----, localizada -----, realiza-se ----- reunião do Conselho de Classe Ano/Série/Termo do ano letivo, conforme Calendário Escolar homologado na Secretaria da Educação de Sorocaba. O Conselho é presidido pelo senhor Diretor -----, assessorado pelo Orientador Pedagógico ----- e secretariado por mim, -----.

Compondo o Conselho de Classe os senhores: (inserir nome completo dos presentes por cargo e/ou segmento), para tratar do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da escola e propor ações para o bimestre seguinte. Dando início à ordem do dia, em posse das documentações realizadas pelos professores por Ano/Série/Termo, o senhor presidente esclarece que **a ficha própria da instituição que aponta: as necessidades da turma, o processo de aprendizagem individual dos alunos com aproveitamento escolar abaixo do básico e os apontamentos dos casos de excesso de faltas, conforme determina a LDB 9.394/96; deverá conter ciência dos membros desse colegiado, dos pais dos alunos relatados e ficará arquivada bimestralmente atendendo ao disposto na deliberação CME nº 01/2001.** Assim, o (a) presidente (a) declara aberto o espaço formativo de avaliação e autoavaliação dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos na escola, **espaço para a análise coletiva e exposição dos planos de ações a serem deliberados por este Conselho.** Seguem anexas as tabelas contendo os planos de ação por ano/série/termo, deliberados por este Conselho, para desenvolvimento durante o ---- bimestre. Nada mais havendo a relatar, encerro esta ata que será devidamente assinada por todos os presentes:- -----

-----.



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

1ºs ANOS:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DOS 1ºs ANOS, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

Total de Alunos									
Nos 1ºs anos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Pré-silábicos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (sem valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (com valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábico-Alfabéticos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (iniciais):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (com fluência):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	

Principais Dificuldades	Principais Ações

Relação dos alunos com aproveitamento abaixo do básico (Turmas e Nomes):

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__.



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

2ºs ANOS:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DOS 2ºs ANOS, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

Total de Alunos									
Nos 2ºs anos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Pré-silábicos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (sem valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (com valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábico-Alfabéticos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (iniciais):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (com fluência):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	

Principais Dificuldades	Principais Ações

Relação dos alunos com aproveitamento abaixo do básico (Turmas e Nomes):

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__.



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

3ºs ANOS:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DOS 3ºs ANOS, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

Total de Alunos									
Nos 3ºs anos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Pré-silábicos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (sem valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (com valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábico-Alfabéticos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (iniciais):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (com fluência):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	

Principais Dificuldades	Principais Ações

Relação dos alunos com aproveitamento abaixo do básico (Turmas e Nomes):

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__.



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

4ºs ANOS:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DOS 4ºs ANOS, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

Total de Alunos									
Nos 4ºs anos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Pré-silábicos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (sem valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (com valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábico-Alfabéticos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (iniciais):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (com fluência):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	

Principais Dificuldades	Principais Ações

Relação dos alunos com aproveitamento abaixo do básico (Turmas e Nomes):

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__.



Escola Municipal “ _____ ”.

**ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO**

5ºs ANOS:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DOS 5ºs ANOS, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

Total de Alunos									
Nos 5ºs anos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Pré-silábicos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (sem valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábicos (com valor):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Silábico-Alfabéticos:									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (iniciais):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Alfabéticos (com fluência):									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	

Principais Dificuldades	Principais Ações

Relação dos alunos com aproveitamento abaixo do básico (Turmas e Nomes):

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__.



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

6ºs ANOS:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DOS 6ºs ANOS, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

<i>Disciplina/Conteúdo</i>	<i>Professor Responsável</i>	<i>Relação dos alunos e suas respectivas turmas</i>	<i>Estratégias de Intervenção</i>

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

7^{os} ANOS:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DOS 7^{os} ANOS, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

<i>Disciplina/Conteúdo</i>	<i>Professor Responsável</i>	<i>Relação dos alunos e suas respectivas turmas</i>	<i>Estratégias de Intervenção</i>

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/____



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

8ºs ANOS:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DOS 8ºs ANOS, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

<i>Disciplina/Conteúdo</i>	<i>Professor Responsável</i>	<i>Relação dos alunos e suas respectivas turmas</i>	<i>Estratégias de Intervenção</i>

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: ___/___/___



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

8^{as} SÉRIES:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DAS 8^{as} SÉRIES, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

Disciplina/Conteúdo	Professor Responsável	Relação dos alunos e suas respectivas turmas	Estratégias de Intervenção

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

1^{as} SÉRIES - EM:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DAS 1^{as} SÉRIES do Ensino Médio, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

<i>Disciplina/Conteúdo</i>	<i>Professor Responsável</i>	<i>Relação dos alunos e suas respectivas turmas</i>	<i>Estratégias de Intervenção</i>

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

2^{as} SÉRIES - EM:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DAS 2^{as} SÉRIES do Ensino Médio, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

<i>Disciplina/Conteúdo</i>	<i>Professor Responsável</i>	<i>Relação dos alunos e suas respectivas turmas</i>	<i>Estratégias de Intervenção</i>

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: __/__/__



Escola Municipal “ _____ ”.

ANEXO - ATA N°02/2014
PLANO DE AÇÃO

3^{as} SÉRIES - EM:

(Redigir uma breve conclusão do Conselho de Classe sobre o aproveitamento das turmas DAS 3^{as} SÉRIES do Ensino Médio, de acordo com o alinhamento pedagógico da escola para o bimestre).

<i>Disciplina/Conteúdo</i>	<i>Professor Responsável</i>	<i>Relação dos alunos e suas respectivas turmas</i>	<i>Estratégias de Intervenção</i>

Relação dos Alunos com excesso de faltas (Turmas e Nomes):

Assinatura dos membros do Conselho de Classe Ano/Série/Termo:

Data: ___/___/___



**Prefeitura de
SOROCABA**

Secretaria da Educação

Orientações para Elaboração de Atas

A ata deve ser um registro sucinto de fatos, ocorrências, resoluções e decisões de uma assembleia, sessão ou reunião. O essencial é lembrar que a ata não é uma transcrição de tudo o que foi falado, mas sim um documento que registra de forma clara e resumida as ocorrências de uma reunião. Depois de assinada pelo secretário e por todos os presentes, a ata constitui prova da realização da reunião, das decisões nela tomadas, e das manifestações de todos os participantes.

É documento de valor jurídico, por essa razão, deve ser registrada de tal maneira que não se possa modificá-la posteriormente. O texto deve ser completamente contínuo, sem parágrafos ou listas de itens, ou seja, reduzido como se o texto inteiro fosse um único e longo parágrafo.

Os números, os valores, as datas e outras expressões devem ser registradas por extenso, sem emprego de abreviaturas ou siglas, sem emendas, rasuras ou uso de corretivo. Para ressaltar erro constatado *durante* a redação, usa-se a palavra “digo”, depois da qual se repete a palavra ou expressão anterior ao mesmo erro. Exemplo: Aos dezesseis dias do mês de maio, digo, do mês de setembro de mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se o...

Quando se constata erro ou omissão *após* a redação, usa-se a expressão “em tempo”, seguindo-se a emenda ou acréscimo. Ex.: Em tempo: Na linha onde se lê abono, leia-se abandono.

As atas devem ser lavradas por um secretário eleito, quando for o caso, ou nomeado pelo presidente da reunião. Os livros de atas devem ser abertos e encerrados pelo respectivo presidente (diretor), sendo suas páginas numeradas e por ele rubricadas, além disso, os livros de atas devem ser guardados em lugar seguro e somente sairão do arquivo para o seu exame pelo órgão competente.

As partes de uma ata variam segundo a natureza das reuniões. As mais importantes e que mais frequentemente aparecem são as seguintes:

- Termo de abertura – Exemplo: “Contém este livro [número de páginas por extenso] páginas numeradas de 01 a [número de páginas] e assinaladas



**Prefeitura de
SOROCABA**

Secretaria da Educação

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2.ed. ver. atualizada. Brasília, 2002.

KASPARY, Adalberto José. **Redação oficial: normas e modelos**. 10.ed. ver. atual. ampl. Porto Alegre: Prodil, 1993.

PARANÁ. Arquivo Público. **Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná**. Curitiba : Imprensa Oficial/DEAP, 2001. 116p.



**ORIENTAÇÕES SOBRE CONSELHO FINAL DE SÉRIE/CLASSE
ÀS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

O Conselho de Classe é uma reunião avaliativa em que os diversos especialistas envolvidos no processo ensino-aprendizagem discutem acerca da aprendizagem dos alunos, o desempenho dos docentes, os resultados das estratégias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo. Presidido pelo diretor e integrado pelos professores da mesma classe (Conselho de Classe) e professores de igual série (Conselho de Série), os conselhos de série e classe representam um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam. O Conselho Final de Série/Classe, enquanto instrumento de avaliação do processo ensino e aprendizagem desenvolvido pela instituição de ensino requer avaliar a observação, diagnóstico e registros dos saberes extraídos sobre o aluno e seu nível de desenvolvimento, o que define alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos mesmos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares, ou seja, através de instrumentos diferenciados de medida para aspectos mensuráveis e outros procedimentos como a observação para comportamento não- suscetíveis de mensuração. Assim, os professores devem refletir a coerência entre a prática pedagógica e a proposta da escola, seus critérios de avaliação e o que é proposto pelo regimento, PEPP e diretrizes legais.

A Lei nº 9394/96 preconiza no artigo 24, inciso V, item "a", que na avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, os aspectos qualitativos têm prevalência sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período letivo têm prevalência sobre as eventuais provas finais. Assim, é fundamental ter consciência de que só se pode avaliar o que foi ensinado e que a evolução do aluno, seu progresso entre o nível inicial e atual, é de máxima importância.

Contudo, o Conselho Final deve refletir e decidir sobre a otimização da evolução da aprendizagem do aluno, sempre considerando os aspectos e /ou condições que favoreçam o aluno no processo de apropriação e construção de seu conhecimento, com vistas a que se estabeleçam as necessidades, prioridades e propostas de ação capazes de, sempre, o crescimento do aluno. Seja qual for a decisão final desse colegiado, com base nos registros e no acompanhamento da aprendizagem do aluno, ela deve ser em prol do aluno, assegurando continuidade favorável dos seus estudos.

EQUIPE DE SUPERVISÃO DE ENSINO

